



**EDITAL Nº 158/2023**

**ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE  
ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DO CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA  
DA CIMPOR**

**FERNANDO PAULO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA  
DE XIRA**

**FAZ SABER**, em cumprimento do disposto no nº 1, do artigo 56º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária e pública de 22 de fevereiro de 2023, deliberou aprovar a alteração às normas de funcionamento da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da Cimpor, em anexo, com vista à integração da “A Associação Para Salvarmos as Aldeias da Pedreira”, na Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da Cimpor.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e publicitado no sítio do município na Internet.

E eu, \_\_\_\_\_, Diretor do  
Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Concelho de Vila Franca de Xira, 24 de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA  
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DO  
CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA DA CIMPOR**

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito das competências e atribuições que lhe são conferidas em matéria de ambiente, em reunião realizada no dia 21/12/2005, deliberou criar a Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da Cimpor, adiante designada de CAA, no sentido de dar voz aos diferentes pontos de vista sobre o funcionamento do Centro de Produção de Alhandra da Cimpor (Cimpor-CAP), nas valências da sua interação com o meio ambiente, saúde pública e cumprimento da legislação aplicável, num clima de total transparência e interação com a sociedade civil, de forma global, abrangente e fundamentada.

Neste sentido, foram criadas as seguintes normas de funcionamento:

**Cláusula 1ª**

**Objetivos**

A finalidade primordial da CAA é funcionar como um fórum de análise e discussão em articulação com a Cimpor-CPA, dando a conhecer o que se faz na empresa e ainda emitindo recomendação sobre o seu funcionamento em matéria ambiental e de saúde pública. Para tanto, o âmbito de atuação da CAA incide fundamentalmente:

1. Na análise e discussão dos relatórios e das avaliações ambientais efetuadas à Cimpor-CPA;
2. Na avaliação da interação da Cimpor-CPA com o ambiente, a saúde pública e a legislação aplicável;
3. Na participação da discussão sobre a filosofia ambiental da empresa, definida na sua política de ambiente, mantendo-se ao corrente da mesma e colaborando na sua melhoria contínua.

**Cláusula 2ª**

**Constituição**

1. Os representantes da CAA provêm de diversos níveis institucionais e da sociedade civil, sendo constituída por representantes das seguintes entidades:
  - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
  - Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz;
  - Junta de Freguesias da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;

- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
  - QUERCUS – Delegação do Ribatejo e Estremadura
  - Bombeiros Voluntários de Alhandra
  - Serviço Municipal de Proteção Civil;
  - ACIS – Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos;
  - Comissão de Ambiente da Assembleia de Municipal de Vila Franca de Xira;
  - Comissão de Ambiente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz;
  - Comissão de Ambiente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;
  - Bombeiros Voluntários de Alverca do Ribatejo;
  - Associação Para Salvarmos as Aldeias da Pedreira – ASAP;
2. Por deliberação da maioria dos membros da CAA e informação prévia à Cimpor-CPA, a composição inicial da comissão pode vir a ser alterada pela inclusão e consequente participação de outras instituições, desde que reconhecida a sua representatividade no domínio da respetiva área de atuação;
  3. A CAA será presidida pelo representante da Câmara Municipal, a quem caberá, entre outras, as funções de condução das reuniões e marcação das mesmas;
  4. Em caso de falta ou impedimento do Presidente da CAA, deverá o seu substituto ser eleito entre os restantes representantes das entidades/instituições representadas na comissão.

### **Cláusula 3ª**

#### **Funcionamento**

O funcionamento da CAA rege-se, em vista da concretização dos seus objetivos, pelas seguintes regras:

1. As reuniões terão lugar nas instalações da Cimpor-CPA ou da Câmara Municipal;
2. As reuniões da CAA serão efetuadas com a periodicidade bimestral, sem prejuízo de serem realizadas outras reuniões adicionais;
3. A realização das reuniões fica condicionada à presença da maioria das instituições;
4. De cada reunião será elaborada a respetiva ata, da qual poderão constar as conclusões ou recomendações da CAA;
5. Qualquer dos representantes das instituições poder-se-á fazer substituir, desde que este se apresente devidamente credenciado;

6. Todas as deliberações da CAA deverão ser tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, haverá recurso ao voto de qualidade do Presidente;
7. Cada entidade representada tem direito a um só voto, mesmo que se faça representar por mais de um elemento.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Apoio Técnico**

No âmbito da sua intervenção, e para melhor realização dos seus objetivos, poderá a CAA solicitar à Cimpor-CPA:

1. Um elemento de reconhecido mérito técnico/científico, acordado pelas partes, para análise das matérias técnicas, que facilite a comunicação entre a CAA e a direção da Cimpor-CPA;
2. A contratação de outros apoios técnico-científicos externos, ou consulta de entidade independentes ou técnicos de reconhecimento mérito, num limite máximo de 25.000€ anuais, para além do mencionado no número anterior.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Acesso às instalações**

Para prossecução dos seus fins, os membros da CAA, devidamente identificados, conforme disposto no n.º 4 da cláusula 1ª do Protocolo de Colaboração, celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Cimpor-CPA (doravante designado Protocolo), e que faz parte integrante das presentes normas de funcionamento, poderão visitar as instalações da Cimpor-CPA nos seguintes termos:

1. Durante o normal horário de funcionamento, sempre que considerarem necessário;
2. Durante as visitas, o(s) membro(s) será(ão) acompanhado(s) por um elemento da direção da Cimpor-CPA ou por alguém por ela nomeado;
3. Os representantes da CAA são obrigados a cumprir todas as regras de segurança e assumem-se responsáveis pelas consequências do seu eventual incumprimento;
4. Mediante solicitação prévia, de forma a possibilitar o acompanhamento mencionado no número 2 da presente cláusula, os membros da CAA poderão ter acesso às instalações fora do normal horário de funcionamento.

### **Cláusula 6ª**

#### **Entrada em vigor**

1. As presentes normas de funcionamento deverão estar em conformidade com o Protocolo celebrado em 10 de abril de 2008 e entram em vigor na data da sua aprovação em CAA.
2. As presentes normas de funcionamento poderão serem revistas e alteradas sempre que, para o efeito, haja acordo da maioria das entidades representadas na CAA.

Em anexo: Protocolo de Colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a Cimpor-CPA.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

### PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

#### Preâmbulo

Sendo o Ambiente uma das preocupações da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, procurou a autarquia dar voz aos diferentes pontos de vista sobre o funcionamento do Centro de Produção de Alhandra (CPA) da CIMPOR, nas valências da sua interacção com o meio ambiente, saúde pública e cumprimento da legislação aplicável, num clima de total transparência e de interacção com a chamada sociedade civil, por forma global, abrangente e fundamentada.

Para o efeito, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito das suas competências, em reunião realizada no dia 21/12/2005, deliberou criar a Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA) do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR, cuja finalidade primordial é funcionar como um fórum de análise e discussão, em articulação com a Cimpor, dando a conhecer o que se faz na empresa e ainda emitindo recomendações sobre o seu funcionamento em matéria Ambiental e de Saúde Pública.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, adiante designada por CMVFX, neste acto representada pela sua Presidente, Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, e o Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR, adiante designada por CIMPOR, neste acto representado por Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por Álvaro Nunes Gomes, na qualidade de Administrador, celebram entre si o presente protocolo com subordinação às cláusulas seguintes:

1º

#### Compromisso da CIMPOR-CPA

A CIMPOR-CPA compromete-se a:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

1. disponibilizar à CAA um espaço dentro das suas instalações, para se efectuarem as reuniões e guardar a documentação necessária, mantendo-se acessível a todos os seus membros nos períodos entre reuniões;
2. disponibilizar apoio de secretariado à CAA, permitindo o normal funcionamento da mesma, nomeadamente, enviar com a devida antecedência a Ordem de Trabalhos de cada reunião acompanhada dos documentos necessários à discussão dos respectivos assuntos, envio e execução de actas, convocatórias, preparação de reuniões, entre outros;
3. permitir que os membros da CAA, no âmbito das suas competências e atribuições, possam visitar as instalações da CIMPOR-CPA, dentro do respeito pelas normas de segurança em vigor, devendo, para o efeito, a visita ser acompanhada pela Direcção da CIMPOR-CPA, ou por alguém por ela nomeado;
4. fornecer a todos os membros da CAA um documento próprio de identificação, bem como um folheto com Instruções de Segurança;
5. fornecer atempadamente, todos os documentos disponíveis destinados a suportar a análise dos assuntos a discutir nas reuniões da CAA e a prestar o apoio técnico interno que for necessário para permitir uma boa compreensão da situação.

### **2ª**

#### **Apoio Técnico**

No âmbito da sua intervenção e para melhor realização dos objectivos da CAA, caberá à CIMPOR-CPA, mediante solicitação da Comissão:

1. custear a contratação de um elemento de reconhecido mérito técnico/científico, acordado pelas partes, para análise das matérias técnicas, que facilite a comunicação entre a CAA e a Direcção da CIMPOR-CPA;
2. custear outros apoios técnico-científicos externos, procedendo à contratação ou consulta de entidades independentes ou técnicos de reconhecido mérito, num montante máximo de 25.000€ ( vinte e cinco mil euros) anuais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

3ª

### Entrada em vigor

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e tem a validade de 1 (um) ano, sendo renovável por igual período, caso não haja vontade expressa de denúncia do mesmo por qualquer uma das partes intervenientes, com a antecedência mínima de 30 dias, por carta registada com aviso de receção.

4ª

### Omissões

1. Todos os casos omissos no presente protocolo serão resolvidos pelas partes.
2. Poderá o presente protocolo ser revisto e alterado sempre que, para o efeito, haja acordo das partes.

Vila Franca de Xira, 10 de Abril de 2008

Pela CMVFX

*Alcides de Jesus Pereira*

Pela CIMPOR

*o Sácor N*  
*delegado*